

# Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas<sup>1</sup>

Debora Cristina Lopez  
Mirian Redin de Quadros

## **Considerações iniciais**

O processo de convergência midiática e tecnologização – dos meios e da sociedade de forma geral – desenha um cenário em que o uso e acesso às ferramentas se altera, principalmente devido à liberação do polo de emissão da informação. Com essa ampliação dos dispositivos e canais de acesso e transmissão de conteúdo, os atores sociais ocupam novos espaços, assumindo papéis diferenciados em uma esfera pública reconfigurada. Motores de busca, como Google, e ferramentas de validação de conteúdo, como Reddit, aproximam-se do papel antes atribuído à mídia na hierarquização da informação.

Publicado na Alemanha, no início da década de 1960, o livro *Mudança estrutural da esfera pública*, de Jürgen Habermas, propõe uma análise da esfera pública burguesa, delimitando seu conceito, estrutura e função política, em meio a uma multiplicidade histórica de usos e significados para termos relacionados ao público, à opinião pública e à própria esfera pública. Obra fundamental da segunda geração de pensadores da chamada Escola de Frankfurt – fundadores de uma teoria crítica, de base sociológica – os escritos de Habermas, entretanto, sofreram revisões e atualizações propostas pelo próprio autor e seus críticos, permanecendo atual até a pós-modernidade.

Concebido em um contexto histórico específico, o conceito de esfera pública burguesa passou por modificações teóricas, refletindo as mudanças sociais, econômicas e políticas que ao longo dos séculos influenciaram a concepção de espaço público. Entre os séculos XVIII e XIX, o surgimento da esfera pública é marcado,

na Europa, pela decomposição dos poderes feudais, da Igreja, realeza e nobreza, que se cindem em elementos privados e públicos, permitindo o surgimento de uma esfera autônoma que se contrapõe ao poder do Estado.

Com o contexto atual de uma sociedade dita da informação, o alargamento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e o desenvolvimento de uma cultura da convergência, o conceito de esfera pública atualiza-se para uma concepção de esfera pública interconectada, entendimento proposto por Yochai Benkler (2006). Para o pesquisador, a tecnologia favoreceria, nesta nova conjuntura, transformações culturais, sociais e econômicas. Em síntese, o pensamento de Benkler compreende a arquitetura de informação em rede, associada à eliminação dos custos de emissão, com convites à participação ativa dos sujeitos e uma relativização do poder dos *mass media*, configurando uma nova esfera pública.

Com base nessas transformações, o presente artigo propõe uma revisão bibliográfica do conceito de esfera pública. Partindo de Habermas, sua esfera pública burguesa e a posterior esfera pública dominada pelos *mass media*, até a esfera pública interconectada de Benkler, objetiva-se refletir sobre o significado das redes sociais na internet como espaço de manifestação da opinião pública, investigando uma possível aplicação do conceito de esfera pública neste novo ambiente comunicacional.

## **A esfera pública em Habermas**

As categorias de “público” e “privado”, segundo Habermas (1984: 15), têm origem na Grécia Antiga, a partir dos conceitos de *pólis*, relativo ao que era comum aos cidadãos livres, e *oikos*, que se restringia ao âmbito particular de cada indivíduo. A esfera pública, assim, constituía-se “na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*), seja na guerra, seja nos jogos guerreiros” (Habermas, 1984: 15). Porém, o símbolo ocidental da democracia não era em sua origem, de fato, inteiramente democrático. O poder de participação na *pólis* não era concedido à população como um todo, e sim apenas aos possuidores de bens e forças de trabalho.

Esse modelo de “público” e “privado” grego foi transmitido à Europa na Idade Média e ali se estabeleceu como norte para o ordenamento político. E num contexto histórico de desenvolvimento do pré-capitalismo e de separação entre Estado e sociedade, surge a esfera pública burguesa que, assim como a *pólis* grega, congregava os cidadãos da época: a sociedade aristocrática e os proprietários de bens e mercadorias.

A esfera pública burguesa, na definição de Habermas (1984: 42), podia ser entendida como:

(...) a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

A esfera pública, assim, era entendida por Habermas, “como espaço de mediação entre Estado e sociedade, que permite a discussão pública em um reconhecimento comum da força da razão e a riqueza da troca de argumentos entre indivíduos, confrontos de ideias e de opiniões esclarecidas” (Mattelart, A. e Mattelart, M., 1999: 82). A noção deste espaço de discussão e debates, de acordo com Habermas, centra-se na “opinião pública”, compreendendo-se “opinião” como “reputação”, algo que ainda encontra-se no âmbito da consideração, um modo de ver que precisa passar pela aprovação do todo: “*Opinion* no sentido de uma concepção incerta, que primeiro ainda teria de passar pelo teste da verdade, liga-se a *opinion* no sentido de um modo de ver da multidão, questionável no cerne” (Habermas, 1984: 111).

Central para compreensão do conceito de esfera pública em Habermas é também o entendimento de “público”. O termo, com aplicações variadas e distintas, aqui se relaciona ao ato de publicar e ao conceito de publicidade, termo este correlato à característica do que é público, de acesso de todos. “O princípio da publicidade se define como pondo à disposição da opinião pública os elementos de informação que dizem respeito ao interesse geral” (Mattelart, A. e Mattelart, M., 1999: 82).

Pertence à esfera pública, portanto, o sujeito portador de opinião pública (Habermas, 1984: 14). Ou seja, a esfera pública em Habermas constitui-se no espaço independente da influência do poder do Estado, em que os atores sociais tornam públicas, ou melhor, publicizam suas opiniões, seus pontos de vista sobre questões de interesse da sociedade, promovendo o debate e deliberações coletivas em prol de um bem comum.

A obra habermasiana, original de 1961, explora o conceito de esfera pública burguesa e avança sua análise até a contaminação da opinião pública pelos interesses mercadológicos, através da influência dos meios de comunicação de massa e dos formadores de opinião. A publicidade assume, então, outro significado, manipulativo e padronizador (Mattelart, A. e Mattelart, M., 1999: 82):

O desenvolvimento das leis do mercado, sua intrusão na esfera da produção cultural, põem no lugar dessa argumentação, desse princípio de publicidade e dessa comunicação pública (*Publizität*) formas de comunicação cada vez mais inspiradas em um modelo comercial de “fabricação da opinião”. Habermas vê nisso uma “refeudalização da sociedade”.

Anos mais tarde, em 1990, quando da publicação da 17ª edição alemã de *Mudança estrutural da esfera pública*, Jürgen Habermas reviu parte de suas considerações, no prefácio da publicação. Mantendo sua leitura do espaço público dominado pelo poder da mídia e destituído da publicidade crítica, o autor, entretanto, revê sua avaliação do público, assumindo a adoção de uma postura pessimista em sua primeira versão da obra, em que subjugava a capacidade de resistência e julgamento do público massificado: “meu diagnóstico de uma evolução linear de um público politicamente ativo a um público ‘privatista’, de uma ‘racionalização da cultura a um consumo da cultura’, é muito reducionista” (Habermas, 1999: 28).

Segundo ele, os diferentes efeitos das mídias de massa colocam em dúvida a concepção construída sobre o ínfimo potencial democrático do espaço público midiático. O próprio Habermas se pergunta e não encontra resposta: é possível que o espaço público dominado pelos *mass media* permita aos atores sociais questionarem o poder da própria mídia e, então, filtrarem os valores dominantes publicizados?

As mídias de massa têm também, em outros níveis, potenciais opostos. Muitos deles levam a crer que o potencial democrático do espaço público (...) é repleto de ambiguidades.

Eu quero dizer, desse modo, que se eu empreendesse hoje, de novo, a análise da transformação estrutural do espaço público, eu não saberia determinar suas consequências para uma teoria da democracia. Pode ser que essa análise oferecesse uma avaliação menos pessimista que antes e apresentasse uma perspectiva menos triste e simplesmente hipotética (Habermas, 1999: 28).

Vê-se o próprio Habermas relativizando suas concepções críticas quanto à resistência da estrutura e função democrática da esfera pública em um contexto social permeado pelos meios de comunicação. Ponderações semelhantes foram conduzidas por outros pensadores, entre eles o professor norte-americano de origem israelita Yochai Benkler, propositor da ideia de esfera pública interconectada.

### ***A esfera pública interconectada de Benkler***

As próprias revisões propostas por Habermas, em 1990 e posteriormente, sobre seu entendimento de esfera pública denotam a possibilidade de atualização do conceito, adaptado aos novos contextos da sociedade ocidental. Partindo de uma concepção mais atual de esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa, Benkler (2006) propõe uma nova abordagem do conceito, relacionando-a como espaço deliberativo da sociedade civil ao ambiente comunicacional em rede, constituído a partir das TICs.

Esse contexto em que Benkler situa seu conceito de esfera pública é o que André Lemos (2009) denomina pós-massivo, baseado num sistema infocomunicacional de fluxo aberto, contraposto ao sistema um-todos próprio da sociedade de massa. É na sociedade pós-massiva de Lemos (2009: 12), caracterizada pela “liberação do polo da emissão, conexão mundial, distribuição livre e produção de conteúdo sem ter que pedir concessão ao Estado”, que Benkler vislumbra sua esfera pública interconectada.

Em sua obra *The Wealth of Networks* (2006), o pesquisador defende como principais diferenças entre uma economia dominada pelos *mass media* e uma economia informacional em rede a própria arquitetura de comunicação multidirecional, distribuída em rede, e a diminuição nos custos de emissão, o que permite a qualquer sujeito – com acesso às tecnologias digitais – a capacidade de tornar-se um emissor: “Juntas, essas características alteraram fundamentalmente a capacidade dos indivíduos, atuando sozinhos ou com outros, de serem participantes ativos na esfera pública, em oposição a leitores, ouvintes ou espectadores passivos” (Benkler, 2006: 212)<sup>2</sup>.

O principal argumento de Benkler repousa sobre essas características que, de certa forma, facilitam aos indivíduos a participação, de tornarem-se “falantes”, com oportunidade de manifestação de suas opiniões. Situação que, segundo ele, afeta o poder da mídia, a forma como as informações são filtradas e absorvidas pelo público e conseqüentemente a maneira como se constroem pontos de vista. Tudo isso se apresenta como uma significativa transformação, quando comparada com a posição praticamente inexpressiva dos sujeitos na sociedade centrada nos meios de comunicação de massa. Se perante os meios massivos, os receptores limitados pelas condições técnicas apenas recebiam a informação, hoje as TICs, especialmente a internet, permitem que esses mesmos receptores ajam imediatamente, sem custos e praticamente sem restrições, comentando, criticando, corrigindo ou complementando as informações que recebem da mídia.

As novas possibilidades de participação sem custo, através de recursos disponibilizados pela internet, alteram, afirma Benkler (2006), a forma como os próprios atores sociais se veem: de receptores passivos a potenciais contribuidores, “(...) como atores potenciais nas arenas políticas, em vez de quase sempre serem receptores passivos de informação mediada” (Benkler, 2006: 220)<sup>3</sup>. Com isso, sujeitos que até então não tinham voz, encontram na internet um espaço de manifestação, onde podem expor sua opinião e inseri-la em um debate ampliado. Sujeitos comuns que, através dos recursos da rede, passam a ocupar um lugar na esfera pública deliberativa, com poder de manifestação.

Para Sérgio Amadeu da Silveira (2008), enquanto na esfera pública dominada pelos *mass media*, os cidadãos dispõem de recursos insuficientes para rivalizar com o poder e o capital dos grandes conglomerados midiáticos, no ambiente digital, essa posição economicamente inferior não impede que os indivíduos manifestem-se e

que suas ideias se propaguem. “No cenário digital, da forma como a internet foi estruturada, o capital controla a infraestrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências” (Silveira, 2008: 34).

Apesar do otimismo em relação ao potencial democrático da tecnologia, Benkler faz questão de deixar clara em sua obra a comparação entre esfera pública interconectada e a esfera pública dos *mass media*, descartando a utopia da internet como esfera pública ideal. Mesmo assim, defende seu pensamento das severas críticas à rede mundial de computadores, que, entre outras objeções, acusam a internet de constituir-se como uma nova Torre de Babel, com poder centralizado – tal qual os meios de massa – e excludente – ao invés de inclusiva –, haja vista o grande número de infoexcluídos em todo o mundo. Além dessa exclusão, a produção de conteúdo de forma descentralizada aumenta significativamente a quantidade de informação disponível, gerando uma sobrecarga de informação (*information overflow*) (Laham, 2006). Neste contexto, o filtro do conteúdo deixa de ser a mídia massiva para se tornar os algoritmos dos motores de busca, muitas vezes invisíveis para os usuários, que criam os filtros bolha (Pariser, 2011), organizam e medem as repercussões dos sujeitos nas redes sociais – seja por número de seguidores, compartilhamentos ou outros indicadores que permitam mensurar a reputação.

### **Redes sociais digitais: uma nova esfera pública?**

Manuel Castells (1999) acredita que estamos vivenciando transformações sociais que justificam a configuração de uma nova revolução, tal qual as Revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX. A atual Revolução Tecnológica estaria provocando, segundo ele, o surgimento de um novo paradigma, caracterizado, principalmente, pela centralidade da informação, vista hoje como matéria prima fundamental, que permeia toda a atividade humana, moldando, inclusive, as relações sociais. Motivo pelo qual certos pensadores nomeiam o atual modelo societal como a “sociedade da informação”. São também aspectos desse novo paradigma, de acordo com Castells, a lógica de redes, a flexibilidade e capacidade de reconfiguração e o processo de convergência de tecnologias.

Questão essencial nos estudos de Henry Jenkins (2009), a convergência, para ele, está no centro de uma nova cultura. Trata-se de uma mudança de paradigma, provocada pela ascensão das TICs, mas principalmente pelas transformações sociais e culturais que essas tecnologias vêm provocando. Ele fundamenta sua noção de convergência em três pontos: a interação entre meios de comunicação tradicionais e as novas mídias, o desenvolvimento de uma cultura participativa, que, por sua vez, desencadeia a construção de uma inteligência coletiva (Jenkins, 2009).

Para Jenkins, no atual contexto convergente, o receptor, consumidor dos meios de comunicação tem mais poder e, através de ferramentas *on-line*, pode

transformar-se em produtor de mensagens, passando a transmitir e disseminar suas ideias e opiniões em um ambiente que Castells (1999) denomina de “espaço de fluxos”. Segundo ele, “há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos” (Castells, 1999: 501). Sendo que “fluxo”, de acordo com o sociólogo, refere-se aos intercâmbios e interações mantidos pelos atores sociais. Nesse contexto, as redes sociais na internet estabelecem-se como um espaço de fluxos: um ambiente digital de relacionamento, em que os sujeitos manifestam-se e interagem uns com os outros.

As redes sociais, entretanto, não foram criadas para ou na internet. De acordo com Raquel Recuero (2009a: 24), o estudo das redes sociais parte de uma metáfora, em que a rede representa as relações sociais, ilustrando os atores sociais como nós (ou nodos) e os laços mantidos entre estes atores como as conexões que compõem uma grande rede. Grupos ou comunidades, portanto, ligadas por laços sociais, configuram-se redes sociais, podendo ser constituídas, segundo Gabriela Zago (2011) de diversas formas e em ambientes diversos.

Ao migrarem para o ambiente *on-line*, as redes sociais manifestam-se através de sites específicos – tais como o Facebook, Twitter, Orkut, LinkedIn, MySpace e tantos outros –, que não se constituem em si redes sociais, sendo, portanto, sistemas que dão suporte às relações entre os sujeitos. Pode-se entender estes sites como a transposição para a internet das relações e interações mantidas pelos atores sociais nas redes sociais já existentes no mundo real. Entretanto, não se trata de uma mera transferência do *off-line* para o *on-line*. Como pondera Recuero (2009b), as redes sociais na internet atuam como desveladoras de vários aspectos das redes *off-line* e como complexificadoras de seu espaço de atuação.

Tais sites adotam também características específicas, como a possibilidade de construção de uma *persona* virtual através de um perfil ou página pessoal, interação através de comentários e exposição pública dos próprios laços sociais (Boyd e Ellison, 2007). E é justamente à capacidade de articular e tornar visíveis os laços sociais que os autores creditam a originalidade das redes sociais digitais, em comparação com as redes *off-line*.

Foram esses diferenciais que provavelmente tornaram as redes sociais na internet tão populares, fazendo com que ambientes comunicacionais com tais características multipliquem-se na rede mundial de computadores, envolvendo um número cada vez crescente de usuários<sup>4</sup>. Para Silveira (2009), o desenvolvimento desses espaços – ao contrário do que os críticos da internet argumentam – não tem isolado os usuários, e sim constituído um novo ambiente de discussão. “Nunca se conversou tanto como ocorre com a adesão de milhões de pessoas ao Facebook, Orkut, Twitter, entre outras redes de relacionamento. Nessas redes temos visto inúmeros casos de ações coletivas e de debates intensos” (Silveira, 2009: 81).

Defendendo seu ponto de vista, Silveira elenca episódios interessantes, que demonstram a utilização das redes sociais na internet para debate de questões

relevantes. É o caso da campanha do então candidato à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2008; o golpe militar em Honduras, e as polêmicas eleições no Irã, em 2009. Em todos esses casos, a população encontrou nos sites de rede social um local para a formação de comunidades e a disseminação de ideias, constituindo um espaço público de debates.

Para Boyd (2007) as redes sociais digitais são como espaços públicos mediados, esferas onde se torna possível a reunião pública dos indivíduos, por meio da tecnologia, e em que é permitido às pessoas expressarem-se, aprenderem com os outros e até discutirem as normas que regem a sociedade. Boyd (2007: 2) caracteriza tais espaços públicos mediados através de quatro propriedades que lhe são únicas: a persistência, que se refere à permanência do que é dito na web; a capacidade de busca, de pessoas ou informações; a replicabilidade, ou a possibilidade de reproduzir os materiais digitais; e a existência de audiências invisíveis, ou seja, um público que aparentemente não existia no momento em que um sujeito se manifesta *on-line*, mas que pelas possibilidades de replicabilidade, permanência e busca acaba por consumir essa informação posteriormente.

As características enumeradas por Boyd são para Recuero (2009c: 42) o que torna as redes sociais digitais tão importantes no atual contexto comunicacional. Segundo ela, “são essas redes que vão selecionar e repassar informações que são relevantes para seus grupos sociais”. As redes funcionam então como filtros e ambientes de reverberação de opiniões e informações.

Os sites de redes sociais, portanto, dotados de características e propriedades peculiares como as expostas até aqui, têm a possibilidade hoje de reunir os atores sociais em um ambiente onde é possível articular o debate de temas importantes para um grupo específico, uma comunidade ou para a sociedade como um todo. Qualquer pessoa, com o mínimo de condições técnicas de acesso à rede mundial de computadores pode hoje criar um perfil pessoal em uma rede social digital e, ali manifestar sua opinião. Assim, sem uma mediação direta do Estado, as redes sociais digitais têm o potencial de constituírem-se como um espaço em que o público – formado por pessoas privadas – se organiza e expressa sua opinião, tal qual a esfera pública apresentada por Habermas. A diferença aqui é que o local de deliberações passou dos salões e cafés do mundo *off-line* para um mundo *on-line*, virtual, construído sobre uma arquitetura informacional em rede, como descreveu Benkler.

### **Considerações finais**

Como se pode observar a partir da breve revisão bibliográfica desenvolvida neste estudo, a busca por espaços públicos de participação cidadã, livre e democrática, atravessa a história da humanidade, retratando e adaptando-se às confi-

gurações sociais de cada época. Através de Habermas, pode-se analisar a evolução do conceito de esfera pública: da *pólis* grega, passando pela sociedade burguesa medieval até a ascensão dos meios de comunicação de massa. Com o advento das TICs, Benkler descreve uma nova esfera pública, agora interconectada em uma sociedade em rede, imersa em uma cultura da convergência e permeada por fluxos.

O questionamento a que o presente artigo se propunha refletir – a possibilidade de compreenderem-se as atuais redes sociais digitais como novas esferas públicas –, mesmo após toda a reflexão conduzida, ainda não pode ser considerado conclusivo. Ao que tudo indica, as redes sociais digitais caminham, sim, para a constituição de um novo espaço de debates e exercício da cidadania. Hipótese que se ampara nas características elencadas para este novo contexto: a possibilidade de receptores tornarem-se emissores, os baixos custos de produção e emissão da informação, a desintermediação e a diminuição do controle sobre os fluxos comunicacionais.

Características próprias dos sites de redes sociais também surgem como potencializadoras para o estabelecimento de um espaço público e virtual de deliberação. Ao darem visibilidade aos círculos sociais dos sujeitos, como descrevem Boyd e Ellison (2007), as redes sociais digitais contribuem para tornar visíveis também as ideias destes sujeitos, amplificando vozes que até então não poderiam ser ouvidas. Da mesma forma, a possibilidade de interação por meio de comentários, recados ou mensagens estimula o debate, a troca de opiniões e a construção de um conhecimento coletivo. As redes sociais *on-line*, assim, podem constituir-se como um espaço de reverberação, como propôs Recuero (2009c), onde ideias e opiniões diversas circulam, sendo filtradas, não mais pelas grandes empresas de mídia, mas pelos próprios usuários, de acordo com seus interesses.

Nesse sentido, vale refletir ainda sobre o impacto das TICs no perfil dos receptores. Antes, frente aos meios de comunicação de massa, os sujeitos apenas recebiam as informações, que seriam comentadas posteriormente em seus grupos sociais *off-line*, com poucas possibilidades de interferência no contexto mais amplo. Hoje, na sociedade pós-massiva os receptores têm a possibilidade de, ao receberem informações, imediatamente, através das redes sociais digitais, expressarem sua opinião, interagirem publicamente com outros indivíduos, mediante as audiências. Desta forma, qualquer indivíduo conectado torna-se um ator social, dotado de opinião pública, capaz de provocar discussões, questionar informações divulgadas pelos *mass media* e até interferir no que é veiculado.

Analisadas sob estes aspectos, as redes sociais digitais podem ser vistas como adequadas ao conceito de esfera pública habermasiana, desde que consideradas as transformações pelas quais passaram a sociedade e a comunicação. Se antes da configuração deste cenário de tecnologiação das relações e cultura da convergência, a mediação principal se dava através da mídia massiva no acesso à publicação, hoje o polo de emissão está aberto. O desafio agora reside em localizar o conteúdo

em um contexto de *information overflow*, o que reforça o papel mediador das redes sociais, dos motores de busca e dos próprios filtros bolha.

*Debora Cristina Lopez*  
Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
deboralopezfreire@gmail.com

*Mirian Redin de Quadros*  
Doutoranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
mirianrq@gmail.com

Recebido em janeiro de 2015.

Aceito em março de 2015.

### **Notas**

1. Este artigo é uma revisão do texto “Da sociedade burguesa à sociedade em rede: a esfera pública habermasiana no contexto das redes sociais”, apresentado no VI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura realizado de 06 a 08 de novembro de 2012.

2. Tradução das autoras para: “Together, these characteristics have fundamentally altered the capacity of individuals, acting alone or with others, to be active participants in the public sphere as opposed to its passive readers, listeners, or viewers”.

3. Tradução das autoras para: “(...) as potential actors in political arenas, rather than mostly passive recipients of mediated information”.

4. Dados do final de março de 2012 apontam para 901 milhões de usuários ativos mensais no Facebook, em todo o mundo (Facebook, 2012). No Brasil, uma pesquisa conduzida pela empresa brasileira de inteligência de mercado e gestão do relacionamento nas redes sociais E.Life, entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012, identificou que, entre os mais de 1,3 mil entrevistados, 84,8% costumam acessar redes sociais na internet (E.Life, 2012).

### **Referências**

BENKLER, Yochai. Political freedom part 2: emergence of the networked public sphere. In: BENKLER, Yochai. *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven [Conn.]: Yale University Press, 2006. p. 212-272.

BOYD, Danah M. Social network sites: public, private, or what? *Knowledge Tree*. v. 13, 2007. Disponível em: <<http://kt.flexiblelearning.net.au/tkt2007/edition-13/social-network-sites-public-private-or-what>>. Acesso em: 14. jul. 2012.

\_\_\_\_\_ e ELLISON, Nicole B. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: 13. jul. 2012.

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- E. LIFE. *Hábitos de uso e comportamento dos internautas brasileiros em mídias sociais*. 2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/Elife2009/hbitos-de-uso-e-comportamento-dos-internautas-brasileiros-nas-redes-sociais-2012>>. Acesso em: 14. jul. 2012.
- FACEBOOK. *Key Facts*. 2012. Disponível em: <<http://newsroom.fb.com/content/default.aspx?NewsAreaId=22>>. Acesso em: 13. jul. 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. O espaço público 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. v. 7. n. 12. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva. p. 7-28. Abr. 1999.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LAHAM, Richard. *The Economics of Attention: Style and Substance in the Age of Information*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- LEMOS, André. Nova esfera conversacional. In: MARQUES, Angela. et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. p. 9-30.
- MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- PARISER, Eli. *The Filter Bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Redes sociais online x redes sociais offline*. 2009b. Disponível em: <[http://www.pontomidia.com.br/raquel/arquivos/redes\\_sociais\\_online\\_x\\_redes\\_sociais\\_offline.html](http://www.pontomidia.com.br/raquel/arquivos/redes_sociais_online_x_redes_sociais_offline.html)>. Acesso em: 16. jul. 2012.
- \_\_\_\_\_. Redes sociais na Internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio e FIRMINO, Fernando (Orgs.). *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2009b. p. 39-55.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, Nelson De Luca e SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Orgs.). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 31-50.
- \_\_\_\_\_. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Angela et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 70-89.
- ZAGO, Gabriela. *Recirculação jornalística no Twitter: filtro e comentário de notícias por integrantes como uma forma de potencialização da circulação*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Fabico/UFRGS, 2011.

## **Resumo**

O artigo apresenta uma reflexão acerca da aplicabilidade do conceito de esfera pública, concebido por Jürgen Habermas, na década de 1960, ao contexto das redes sociais digitais. Para tanto, desenvolve uma pesquisa bibliográfica percorrendo uma trajetória histórica que inicia no pensamento habermasiano até chegar a pensadores contemporâneos que propõem o conceito de esfera pública interconectada. Agrega ainda reflexões sobre a sociedade em rede, a cultura da convergência e as redes sociais na internet.

## **Palavras-chave**

Esfera pública. Esfera pública interconectada. Internet. Redes sociais.

## **Abstract**

*Networked public sphere: thoughts on social networks from Habermas*

The paper discuss the applicability of the concept of public sphere, conceived by Jürgen Habermas, in the 1960s, to the context of online social networks. Therefore, developing a literature review covering a historical trajectory that starts in Habermasian thought until the contemporary thinkers who propose the concept of interconnected public sphere. Also presents reflections on the network society, the culture of convergence and social networks on the internet.

## **Keywords**

Public sphere. Interconnected public sphere. Internet. Social networks.